

ODIVAL LÚCIO ANTUNES

**CARACTERIZAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS NO
ESTADO DO PARANÁ – 1996 - 2001**

**Monografia apresentada como
requisito para a obtenção do grau
de especialista no Curso de Pós-
Graduação em Economia do
Trabalho, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná.**

**Orientador: Professor Armando
Vaz Sampaio**

**CURITIBA
2003**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. OBJETIVO	08
3. CAPÍTULO I	11
3.1. A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90 E SEU IMPACTO NO MERCADO DE TRABALHO.....	11
3.1.1. Período de 1990 a 1993.....	12
3.1.1.1. Governo Collor	12
3.1.1.2. Plano Collor II	13
3.1.1.3. Governo FHC.....	15
3.1.2. Período de 1994 a 2000.....	18
3.1.2.1. Plano Real.....	18
3.1.2.2. Rumos da Economia Nacional e do Mercado de Trabalho após o Real.....	19
4. CAPÍTULO II	22
4.1. A ECONOMIA PARANAENSE.....	22
4.1.1. Evolução Global e Setorial do PIB Paranaense na Década de 90.....	22
5. CAPÍTULO III	25
5.2.1. MERCADO DE TRABALHO.....	25
5.2.1.1. Segmentação Demográfica.....	25
5.2.1.2. Conceituação.....	26
5.2.2. O MERCADO DE TRABALHO NA DÉCADA DE 90.....	29
5.2.2.1. Pesquisas Domiciliares e Registros Administrativos (RAIS) – Diferenças Básicas.....	29

5.2.2.2. O perfil do Trabalhador.....	31
5.2.3. Distribuição Demográfica do Mercado de Trabalho na década de 90.....	31
5.2.4. Características do Trabalho nas Áreas Metropolitanas.....	32
5.2.5. Mudança na Estrutura Organizacional.....	33
5.2.6. Flexibilização nas Modalidades de Vínculos Trabalhistas.....	33
5.2.7. Aspectos Gerais do Mercado de Trabalho na Década de 90.....	33
6. CAPÍTULO IV.....	35
6.1. A BASE DE DADOS RAIS MIGRA.....	35
6.1.1. RAIS MIGRA “PAINEL”.....	37
6.1.1.1. Objetivo.....	37
6.1.1.2. Abrangência	37
6.1.1.3. Arquitetura.....	37
6.1.1.4. Critérios.....	38
6.1.1.4.1 Seleção do Painel.....	38
6.1.1.4.2. Utilização.....	39
7. CAPÍTULO V.....	41
7.1. Descritivo da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, e Conceitos das principais variáveis Utilizadas.....	41
7.1.1. Quadros descritivos da RAIS	41
7.1.2. Principais Conceitos.....	44
7.2. INDICADORES DA RAIS MIGRA.....	45
7.2.1. Comparativo do Total de Trabalhadores do Paraná entre 1996 – 2001..	45
7.2.2. Análise do total de vínculos em 1996 que se reintegraram ao mercado de trabalho em 2001.....	47

7.2.3. Análise dos Vínculos Ativos no Paraná em 31/12/1996 por Situação do Vínculo.....	48
7.2.4. Análise do Total de Vínculos em 1996 no Paraná, Ativos em 31/12/2001 por situação do Vínculo.....	50
7.2.5. Análise Setorial dos Vínculos Ativos em 31/12/1996 e 31/12/2001 por Atributo do Vínculo.....	52
7.2.6. Análise Setorial dos Vínculos Não Ativos em 31/12/1996.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

1. INTRODUÇÃO

Na década de 90 o mercado de trabalho brasileiro mostrou-se extremamente frágil diante dos efeitos do baixo crescimento econômico nos governos Collor e FHC.

A reestruturação produtiva, necessária para manter a competitividade do produto nacional diante da abertura econômica, lançou ao desemprego e a informalidade centenas de milhares de trabalhadores. Durante as décadas que precederam a de 1990, as desigualdades sociais no Brasil ampliaram-se, porém seus impactos eram amenizados por uma relativa capacidade do mercado de trabalho em absorver mão de obra nos empregos tipicamente urbanos.

Notadamente a partir do governo Collor, o desemprego mostrou sua dimensão mais preocupante durante o início do processo de abertura comercial, atingindo os grandes centros urbanos industrializados e iniciando uma trajetória de crescimento interrompido apenas no período entre 93 a 95, durante a expansão do plano real.

Conforme dados do (DIEESE, 2001), *“os dados da PED para a Região Metropolitana de São Paulo, mostram que o desemprego cresceu até 1992 retrocedeu ligeiramente entre 1993 a 1995 para voltar a crescer desde então. O pior período ocorreu entre 1998 e 1999”*.

A manutenção dos altos índices de desemprego, agravado pelo desemprego de longa duração comprometeu a segurança do arcabouço legal

que protege o mercado formal de trabalho. O tema “flexibilização da legislação trabalhista” passou a integrar a agenda política como uma receita alternativa para geração de empregos. Segundo (CARDOSO, 2000), *“a receita desregulamentadora no mercado de trabalho é isso mesmo, uma receita, cuja promessa é solucionar de uma vez por todas, o problema crônico do desemprego, causa maior, segundo ela, do mal estar social”*.

Concomitantemente os vínculos trabalhistas tornam-se cada vez mais precários e vulneráveis. Fica evidente também a fragilidade do movimento sindical na defesa dos direitos adquiridos. A pujança do capitalismo e dos defensores das políticas neoliberal visivelmente estampada no período FHC, relegou à segundo plano a participação dos trabalhadores como parte do sistema produtivo, enfraqueceu a organização sindical e fez predominar a lógica da disfuncionalidade das organizações trabalhistas sobre o desempenho do capital. Sob este pano de fundo, a década de 90 mostrou-se aos olhos do observador, uma colcha de retalhos alinhavada pelas peripécias da economia mundial em ritmo de acelerada globalização, cujos valores e interesses intranacionais são desprezados.

2. OBJETIVO

O objetivo desta monografia é apresentar as principais características dos vínculos efetivados no mercado formal de trabalho, durante o período compreendido entre 1996 e 2001, no Estado do Paraná.

No decorrer do levantamento dos dados, procurou-se para efeito da conclusão final do trabalho, apresentar-se de forma gradativa os fatores que interferiram na manutenção dos vínculos ativos e nos que foram desligados em 31/12 dos anos que compreendem o período da análise (1996 – 2001). Assim, estabelecemos um painel inicial sobre os atributos dos vínculos desses trabalhadores em 1996 para posteriormente observa-los em 2001, comparando-se as características desses atributos na sua origem e destino.

Inicialmente procura-se demonstrar a condição empregatícia do vínculo ativo em 1996, confrontando-os com a nova condição em 2001. Posteriormente analisa-se a parcela de trabalhadores desligados de seus vínculos em 31/12/1996 que conseguiram êxito na busca de nova oportunidade de trabalho em 2001, a fim verificar se o mercado de trabalho utilizou novos critérios para manutenção dos vínculos em atividade.

Faz-se uso nesse procedimento, das variáveis de atributos do vínculo denominadas: Faixa Etária, Grau de instrução, Gênero, Remuneração Média, Tempo de Emprego. Também deverá ser estabelecido através dos atributos do novo vínculo, os elementos comuns ou as tendências no comportamento da trajetória profissional do trabalhador, com intuito de

diagnosticar a dinâmica de sua re-inserção ao mercado de trabalho em uma conjuntura restritiva ao trabalho formal.

Com esse intento é utilizado software SGT Micro, ferramenta de informática que explora a base de dados RAIS MIGRA. Essa base tem como característica principal, o acesso ao micro dado relativo ao vínculo do trabalhador. Nos estudos de trajetória, faz-se necessário a utilização de bases de dados com alto nível de desagregação que permita acompanhar de forma dinâmica grande massa de registros no nível de micro-dados, observando-se sob que condições àqueles indivíduos participantes do universo da análise, adaptaram-se ao seu novo espaço de trabalho, que a priori se mostra naturalmente adverso e hostil.

O texto está dividido em cinco capítulos. No capítulo um descreve-se o cenário político e econômico na década de 90, marcado pelos governos Collor e FHC sob os efeitos dos planos de estabilização econômica denominados Plano Collor e Plano Real. No capítulo dois procura-se desvendar sob breve retrospecto, a economia paranaense no contexto nacional. No capítulo três é feito um breve panorama sobre o mercado de trabalho nos anos 90, bem como as principais conceituações, siglas e metodologias de pesquisas disponíveis, necessárias ao entendimento dos indicadores divulgados pela mídia. No capítulo quatro é feita a apresentação da base de dados RAIS MIGRA, onde são esclarecidas as rotinas mais importantes sobre a utilização dessa ferramenta de forma a tornar público a metodologia de geração dos dados. Será possível ao leitor além de adquirir informações sobre a operacionalização dessa base de dados, cujo desenvolvimento objetivou especificamente estudos de trajetórias

ocupacionais, conhecer os canais de acesso a tais registros, as vantagens e limitações no seu uso.

No capítulo cinco, inicialmente é apresentado um breve descritivo da base de dados RAIS, e dos principais conceitos utilizados nesse registro administrativo, já que trata-se da fonte original da base RAIS MIGRA. Em seguida faz-se a demonstração dos cruzamentos das tabelas extraídas da base de dados RAIS MIGRA, apontando-se indicadores e suas respectivas análises. Serão abordados às possibilidades de cruzamentos de variáveis geográficas, setoriais, ocupacionais e atributos do vínculo. A seguir são elaboradas as considerações finais de conclusão, enfatizando as questões mais relevantes da análise, principalmente aquelas referentes à re-inserção do trabalhador ao mercado formal de trabalho. Para finalizar o trabalho são apresentadas às referências bibliográficas.

3. CAPÍTULO I

3.1. A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90 E SEU IMPACTO NO MERCADO DE TRABALHO

A análise da economia brasileira na década de 90 deve ter como ponto de partida a evolução de algumas variáveis econômicas que, de alguma forma, marcaram as decisões de política econômica no decorrer dos anos. A taxa de inflação é uma delas, juntamente com o nível da produção interna, o investimento agregado e a taxa de desemprego, dentre outras.

Certamente, o grande divisor de águas nos anos considerados é a adoção do Plano Real em julho de 1994. A partir desta data, a atuação do governo ficou condicionada às linhas mestras do Plano, de modo que a nova moeda (o Real), passou a influenciar os movimentos dos principais agregados macroeconômicos, além de muitas alterações ocorrerem no comportamento dos agentes econômicos.

Segundo (CEBIC, 2001), “os anos 90 iniciaram com a herança de uma economia completamente deteriorada, após uma década de estagnação e baixos níveis de investimentos e produtividade da mão de obra”.

Ainda na década de 90 os desequilíbrios macroeconômicos também eram externados pela exaustão da poupança nacional, tanto do setor público quanto privado, sem a devida compensação de investimentos estrangeiros no país. Paralelamente ao quadro recessivo, a situação fiscal era um fator cada vez mais agravante e o processo inflacionário culminava para a hiperinflação.

3.1.1 Período de 1990 a 1993

Os quatro primeiros anos da década foram marcados por um grave processo inflacionário, com as taxas de inflação atingindo patamares históricos, bem acima de 1.000% ao ano. Na tentativa de reajustar o nível geral de preços, foram adotados pelo menos quatro programas de estabilização econômica, com nuances conceituais e alguns pontos em comum.

3.1.1.1 Governo Collor

O primeiro plano econômico foi chamado de Plano Collor I, empreendido em 15 de março de 1990, logo após a posse do novo Presidente, tendo como principal medida o seqüestro de 2/3 dos ativos financeiros da população. O ajuste fiscal proposto resumiu-se à extinção de alguns órgãos públicos e ao aumento das receitas orçamentárias do Governo Federal.

Porém, segundo (BOLETIM DIEESE, 1994), *“o erro básico do Plano foi considerar que uma política monetária restritiva seria um instrumento suficiente para estabilizar os preços relativos”*.

Pois a rigidez das medidas monetárias adotadas não foi acompanhada da necessária austeridade fiscal e nem tão pouco da preocupação com os componentes inerciais da inflação, de modo que o sucesso do programa durou cerca de seis meses.

O ano de 1990 fechou com uma inflação acumulada em quase 1.500%. Entretanto, um ponto positivo do programa foi a adoção de uma

política mais liberalizante no setor externo, com redução gradual de alíquotas e barreiras não tarifárias. Um grande avanço, se considerarmos o grau de fechamento da economia nacional àquela época.

3.1.1.2 Plano Collor II

Na tentativa de debelar o novo surto inflacionário, o governo lançou, em janeiro de 1991, outro plano de estabilização, denominado Plano Collor II. As medidas de impacto do novo programa foram basicamente o congelamento de preços e salários, após forte reajuste das tarifas públicas, e a extinção de alguns mecanismos de indexação que prevaleciam nos mercados (a exemplo da extinção dos BTN e BTN fiscal e a criação da Taxa Referencial, para servir de indexador da caderneta de poupança e de outros ativos do mercado).

Um ponto positivo a ressaltar neste Plano foi à criação do Programa de Fomento à Competitividade Industrial, mas lembrando que na hierarquização dos objetivos do Plano o combate à inflação precedia à retomada do crescimento e desenvolvimento do país.

Novamente a política monetária ficou com toda a responsabilidade pela derrubada da inflação. Dessa forma, o Plano logrou algum êxito na redução do processo inflacionário (ao final de 1991 a variação de preços havia baixado para menos de 500% ao ano).

Entretanto segundo (BOLETIM DIEESE, 1992), *“o êxito na redução do processo de inflação no ano de 1991 foi temporário. A inflação*

voltou a crescer em 1992, com índices de preços oscilando novamente acima dos 1.000% ano".

Além disso, a ameaça da crise cambial, forçou o governo a utilizar as taxas de juros como instrumento fundamental de política monetária. Os juros reais elevados, aliados à abertura dos mercados de capitais domésticos ao exterior, contribuíram também para o acúmulo de um grande volume de reservas cambiais. O nível das reservas subiu de US\$ 8,7 bilhões em 1990 para US\$ 25,9 bilhões em 1993. Considerando também que a abertura da economia fez com que os investimentos externos diretos subissem de US\$ 273 milhões em 1990 para US\$ 6,3 bilhões em 1993.

As políticas monetárias restritivas dos dois programas elencados não conseguiram estabilizar os preços e forma sustentada e ainda impactaram negativamente os movimentos das atividades produtivas.

Dessa forma a produção industrial teve péssimo desempenho entre 1990 e 1992, com a utilização da capacidade instalada no patamar médio de 74%. O processo de ajuste do setor industrial levou a uma redução nos quadros de pessoal e dos salários reais.

A conjugação de taxas de juros reais positivas, redução da massa salarial e expectativas desfavoráveis no campo político resultou num fraco desempenho econômico, característico de períodos recessivos.

Conforme (BOLETIM DIEESE, 1993), *"de 1990 a 1992, o país manteve-se estagnado, com baixa produção industrial e produtividade do trabalho e um nível de desemprego crescente. A taxa de desemprego aberto da economia cresceu cerca de 34% no três anos considerados"*.

Portanto, os dois malsucedidos planos do Governo Collor acabaram condicionando fortemente as políticas econômicas adotadas posteriormente. A partir de setembro de 1992, com a renúncia do Presidente, a condução da economia passou a ser influenciada pelas forças vitoriosas no processo de *impeachment*, que colocaram o combate à recessão como objetivo anterior à contenção da inflação, do desemprego e impondo uma orientação modestamente expansionista à economia.

3.1.1.3 Governo FHC

Em maio de 1993, ocorreu uma nova troca de ministérios e a equipe econômica, chefiada pelo então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, adotou um novo conjunto de medidas de combate à inflação. O Programa de Ação Imediata, como foi chamado, identificou como causa fundamental da inflação brasileira a desordem financeira e administrativa do setor público.

Houve uma reversão de objetivos: a diminuição da enorme dívida social do país dependia do crescimento econômico sustentado, que não poderia vir antes do combate à inflação. A idéia era que a superinflação estava paralisando os investimentos e desorganizando a atividade produtiva, o que impactava diretamente no processo de empregabilidade.

Dessa forma, no curto prazo, foram adotadas algumas medidas no intuito de reordenar as contas públicas: 1) maior eficiência nos gastos públicos, através de cortes significativos nos orçamentos de 1993 e 1994; 2) recuperação das receitas tributárias pelo combate intensivo à sonegação; 3)

implementação do Fundo Social de Emergência; 4) fiscalização de bancos estaduais e saneamento dos bancos federais; 5) renegociação das dívidas públicas e maior rigor no tratamento de estados e municípios inadimplentes com a União.

Porém, a descontinuidade no comando da política econômica, com as várias trocas de ministros, gerou durante o ano um ambiente geral de incertezas políticas e econômicas, que afetou as expectativas dos agentes econômicos e acabou alimentando o processo inflacionário. A inflação também aumentou devido á pressão da maior demanda sobre a oferta agregada.

O Brasil viveu em 1993 uma situação atípica: conseguiu expandir seu produto Interno Bruto a uma taxa de quase 5%, em meio a um quadro de instabilidade política e forte regime inflacionário. Um resultado surpreendente, dada a incompatibilidade entre crescimento econômico e inflação crônica.

A justificativa para a expansão da demanda agregada e da produção naquele ano está associada a uma maior demanda externa, às reduções negociadas de tributos das câmaras setoriais e às elevações de salário real.

A produção industrial teve incremento de 7,1% em relação a 1992. Os setores industriais de bens de consumo duráveis e de bens de capital ligado a material de transporte foram os carros-chefes do crescimento industrial.

Contudo, observa-se uma defasagem do nível de emprego em relação á evolução da produção. Conforme Tabela 1, destacamos principais indicadores macroeconômicos na década de 90, com ênfase ao indicador desemprego.

Segundo (BOLETIM DIEESE, 1993), “*pode-se dizer que houve “crescimento sem emprego”, justificado pelo clima de incertezas que leva os empresários a postergar as contratações e pelo próprio comportamento altista da produtividade da mão de obra empregada*”.

TABELA I

PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÔMICOS NA DÉCADA DE 90

ANO	TAXA DE DESEMPREGO ABERTO	CRESCIMENTO REAL PIB	TAXA DE JUROS	INFLAÇÃO	PLANO ECONÔMICO
	%	%	Selic - %	IGP-Di - 5	Estabilização
1990	4,28	(4,35)*	1.153,42	1.476,56	Plano Collor I
1991	4,83	1,03	536,33	480,18	Plano Collor II
1992	5,75	(0,54)	1.549,37	1.157,94	-
1993	5,31	4,92	3.060,25	2.708,84	FHC I
1994	5,06	5,85	1.153,60	1.093,84	Plano Real
1995	4,64	4,22	53,08	14,78	-
1996	5,42	2,66	27,41	9,34	-
1997	5,66	3,61	24,77	7,48	-
1998	7,60	(0,12)	28,79	1,70	-
1999**	7,90	(0,40)	18,60	13,40	-
2000**	7,20	3,60	16,00	6,60	-

Fonte IBGE e FGV

(*) Taxa com base na metodologia antiga.

(**) Projeções macroeconômicas do FGV

O ambiente para os diversos agentes econômicos continuou dominado por incertezas políticas e econômicas. Visando atuar de forma decisiva contra a prevalência do preocupante quadro de hiperinflação, foi anunciado em dezembro de 1993 um novo Programa de Estabilização, denominado plano real ou FHC II.

No tocante ao ajuste fiscal, propunha-se fundamentalmente a adoção de medidas restritivas ao gasto público e aumento de receitas, não sendo estabelecido um programa de ajuste estrutural para o setor público, que contemplasse as reformas fiscal, previdenciária e tributária. A grande promessa

do programa foi a criação de um novo indexador – a URV (Unidade Real de Valor), que seria usada na correção das receitas e tarifas públicas.

Dessa vez as medidas eram mais democráticas, não impunham quebra de contratos e nem congelamentos de preços, demonstrando um maior amadurecimento dos governantes. Observa-se uma desaceleração no ritmo de crescimento da indústria e dos serviços, em função da política de juros altos mantida pelo temor de que a redução dos juros nominais deslocasse recursos das aplicações financeiras para o consumo.

3.1.2 Período de 1994 a 2000

3.1.2.1 Plano real

O Plano real, como passou a ser denominado a partir de 1º de julho de 1994, transformou a URV na nova moeda. O real, cujo valor estava ancorado nas reservas cambiais e atrelado ao dólar por tempo indeterminado. Para garantir sua estabilidade, o governo contava com um montante adequado de reservas internacionais e a existência de capital excedente nos mercados externos em função do quadro recessivo nos países desenvolvidos.

Nessa etapa foram apresentadas as políticas monetária e cambial para a nova moeda.

Na verdade o Plano Real foi concebido e apresentado como um pacote de medidas de choque que propunha uma ampla reforma econômica, iniciando-se pelo ajuste fiscal das contas públicas, e culminado com a mudança do padrão monetário nacional.

O real nasceu forte em meio a condições macroeconômicas favoráveis ao sucesso da estabilização, o nível de endividamento empresarial era baixo e o setor industrial estava operando com capacidade ociosa, no contexto de uma economia bem mais aberta e competitiva.

3.1.2.2 Rumos da Economia Nacional e do Mercado de Trabalho Após o Real

O efeito imediato da introdução do real foi uma drástica queda da inflação, com as taxas mensais oscilando entre 4% e 5%. O sucesso da estabilização dos preços foi peça fundamental para promover a expansão do produto nacional em 1994, que registrou crescimento de 5,85%, superando o desempenho de 1993.

A partir de 1995 o país passou a conviver com dois problemas macroeconômicos básicos, registrava-se um excessivo crescimento da demanda interna, incompatível. A explosão do consumo e da renda que se seguiu à estabilidade do Real ocasionou um desequilíbrio excessivo entre demanda e oferta de bens no mercado interno e forçou a elevação da pauta de compras externas como instrumento de controle dos preços.

O setor produtivo não conseguiu se recuperar e continuou mostrando sinais de fraco desempenho. Houve um grande número de falências em muitos segmentos econômicos, antevendo um período difícil em 1996.

A economia só começou a se recuperar a partir do segundo trimestre de 1996, devido ao ambiente de baixa inflação e mediante a

manutenção de uma política monetária mais flexível. Grande parte do crescimento verificado (2,7%) se concentrou no último semestre do ano.

Este panorama de recuperação, entretanto, não refletiu numa melhora do nível de emprego. Pelo contrário, houve uma reversão de tendência no mercado de trabalho. Segundo (BOLETIM DIEESE, 1997), *“a taxa de desemprego aberto, que vinha num movimento descendente desde 1993, subiu de 4,64% em 1995 para 5,42% em 1996, significando uma queda acentuada na oferta de emprego da economia”*.

As projeções de fundamentos econômicos melhores em 1997 que os obtidos em 1996 não se concretizaram, exceto no que tange à taxa de inflação. Os juros anuais caíram de patamar, porém não tanto quanto o esperado e necessário para o Brasil trilhar sua trajetória de crescimento auto-sustentável.

A evolução da economia nacional passou a depender dos humores e dos acontecimentos mundiais. Ficou patente a fragilidade das contas externas brasileiras, que fazia com que os país ficasse preso a uma dinâmica de avanços e paradas, freando a demanda agregada, através do controle do crédito e juros internos altos, toda vez que o crescimento econômico rápido pressionava o saldo comercial. O custo social desta política de freio ao crescimento econômico tem sido a diminuição dos investimentos produtivos, elevação do desemprego, da disparidade de renda e da insatisfação social.

Diante da crise a Ásia e novas turbulências no mercado mundial nos anos de 1997 e 1998, a economia nacional teve que se adaptar a uma nova e pesada elevação dos juros. Já o ano de 1999, apesar do aperto

monetário, o controle das expectativas inflacionárias e dos reajustes previsto de preços só aconteceu no decorrer dos meses seguintes. Aos poucos a confiança econômica no país foi sendo restaurada e o impacto da desvalorização do real sobre a inflação acabou sendo bem menor do que o esperado. Entretanto, houve elevadíssimos níveis de desemprego e de inadimplência.

Porém, os desafios do governo continuaram, centrados na redução do déficit público e dos desequilíbrios do balanço de pagamentos, tendo como resultados esperados um menor ritmo das atividades econômicas; o aumento da tributação; desemprego em ascensão e queda nas rendas médias dos trabalhadores.

Além disso, os efeitos do Plano Real não foram duradouros. Os benefícios se concentraram apenas num primeiro momento, quando a redução abrupta da inflação, conjugada com crescimento econômico, produziu ganhos de salários reais, uma melhor distribuição da renda nacional e o aumento do nível de emprego.

Entretanto, houve depressão da massa salarial, desfazendo o ganho inicial do Plano, além de que a atual distribuição de renda equipara-se à de 1983. O saldo de ocupação é igualmente negativo: houve um incremento significativo na taxa de desemprego aberto da economia, que passou de 5,06% em 1994, para 7,9% em 1999.

4. CAPÍTULO II

4.1 A ECONOMIA PARANAENSE

4.1.1 Evolução Global e Setorial do PIB Paranaense na Década de 90

A análise do comportamento econômico e do PIB paranaense na Década de 90 leva-nos, antes de mais nada, a uma constatação: o estado sofreu como todo o país, com a inflação crônica elevada, a instabilidade e a recessão econômica que marcaram boa parte do período em questão.

Os altos e baixos desse indicador de desempenho da economia (PIB) testemunham que o cenário dominante não transmitia confiança para a realização de investimentos, nem as condições objetivas eram propícias para sustentar essas decisões.

Mesmo durante os anos 90, até 1992, a conjuntura repetiu a década perdida dos anos 80: o PIB paranaense de 1992 foi inferior ao de 1998.

Entretanto, pode-se observar que a partir de 1993, a economia paranaense ingressou numa trajetória de crescimento que, pelos dados preliminares, ainda se sustenta em 1996. De fato, especialmente a partir da entrada em vigor do Plano Real, elevaram-se os patamares monetários envolvidos das decisões de investimentos no estado, evidenciando tanto a instalação de novas empresas quanto à modernização, ampliação ou criação de novas unidades de produção de empresas já instaladas no estado.

Em termos de composição percentual dos setores no PIB, durante o período e análise, a agropecuária teve participação declinante, confirmando o avanço da industrialização (inclusive da alimentar), de 18,8% do

PIB, em 1985, para 13,5% em 1995. Em contrapartida, o setor industrial ampliou sua participação de 36%, em 1985, para 39% em 1995. Com flutuações, o setor de serviços manteve sua participação entre 45% e 49% do PIB.

A evolução do PIB real paranaense, no período, apresentou quatro anos negativos: 1988, 1990, 1991 e 1992 (em 1992, os valores foram inferiores aos de 1987).

O saldo favorável, em termos de crescimento econômico, certamente demonstra que o tecido produtivo estadual vem, de modo cumulativo, ganhando densidade industrial e, por outro lado, um bem-sucedido processo de reestruturação produtiva.

Além disso, a década de 90 acrescentou à questão social do estado o caráter desigual da reestruturação produtiva, do ponto de vista tanto setorial quanto regional. Assim, os mercados de trabalho vem sofrendo importantes alterações, com pouca expansão dos empregos produtivos, especialmente no campo industrial. Repetindo o que acontece em muitos países, a expansão dos investimentos não apresenta os impactos geradores de emprego de alguns anos atrás. Acrescente-se que muitas empresas têm realizado investimentos de modernização de plantas, sem, contudo, abrir novas unidades produtivas.

Os estados da região sul apresentaram percentuais nacionais mais elevados de população economicamente ativa sobre a população total, e o Paraná, o menor valor da região (47%). Verificou-se no estado intensa diminuição da força de trabalho ocupada na agricultura, de 46% para 33%. Em compensação, aumentou a força de trabalho ocupada na indústria e,

principalmente, nos serviços. Esse movimento inclui, também, forte crescimento de ocupações de baixa produtividade e informalidade.

Hoje pode-se dizer que a economia paranaense está passando por transformações tecnológicas e produtivas significativas, com novas formas de vínculo e de reorganização dos processos de produção, de trabalho e do espaço geográfico. No passado as atividades econômicas eram caracterizadas por um pequeno número de empresas concentradas em torno da região metropolitana de Curitiba e por empresas médias ligadas à agricultura e à agroindústria processadoras, localizadas no interior do estado.

Este cenário vem sendo gradativamente cedendo lugar a um conjunto de atividades industriais mais complexas, mais diversificadas e regionalmente mais disperso. O Paraná vem se inserindo no processo de industrialização da economia brasileira, no qual este processo está ligado fundamentalmente a desconcentração espacial da atividade econômica desde São Paulo, que está baseada principalmente na retomada dos investimentos industriais e às políticas de atração de investimentos implementadas nos últimos anos pelo governo local.

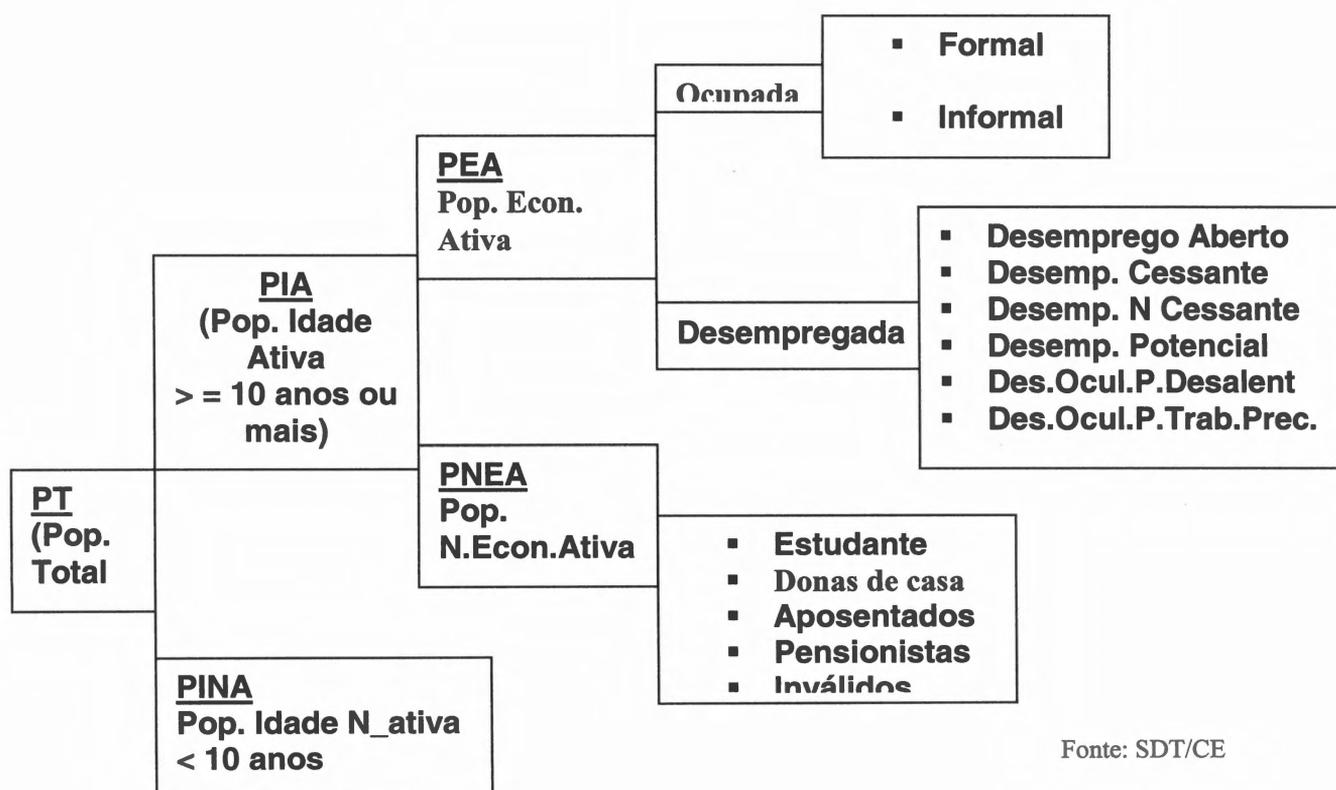
5. CAPÍTULO III

5.2.1 MERCADO DE TRABALHO

5.2.1.1 Segmentação Demográfica

Ao se interpretar os indicadores sobre mercado de trabalho, faz-se necessário o conhecimento de sua segmentação demográfica, haja visto que o universo populacional participante desse mercado, possui limitações etárias e condições específicas que as qualificam dentro dos inúmeros grupos que compõem cada segmentação. Assim abaixo apresentamos um quadro classificatório, identificando os grupos de população que interagem com o mercado de trabalho e sua respectiva segmentação.

SEGMENTOS DEMOGRÁFICOS E MERCADO DE TRABALHO



Fonte: SDT/CE

5.2.1.2 – Conceituação

PT = População Total - Conjunto de pessoas formado pela população residente de uma determinada localidade, presentes ou ausentes temporários.

PIA = População em Idade Ativa – Parte da população total constituída por pessoas com idade superior a 10 anos.

PINA = População em Idade Não Ativa – Parte da população total constituída por pessoas com idade inferior a 10 anos.

PEA = População Economicamente Ativa – Parte da população em idade ativa formada por pessoas que afirmam ter alguma ocupação ou se encontram procurando trabalho, tendo para isso, tomado medidas concretas de procura.

PNEA = População Não Economicamente Ativa - Parte da população em idade ativa formada por pessoas que não estava realizando qualquer atividade ou pressionando o mercado de trabalho.

PO = População Ocupada - Parte da população pertencentes a PEA, que ao ser perguntado pelo entrevistador, na semana de referência da entrevista, declararam que tinham uma ocupação.

PD = População Desempregada - Parte da população pertencente a PEA, que ao ser perguntado pelo entrevistador, na semana de referência da entrevista, não exerciam nenhuma atividade e se encontravam pressionando o mercado de trabalho através de medidas concretas de procura.

População Ocupada no Setor Formal = Parte da população pertencente a PEA, que trabalham com carteira assinada, ou que tem qualquer outro tipo de contrato de trabalho, e as que concluíram o curso superior e trabalham como autônomas. Essa população é considerada integrante do setor FORMAL.

População Ocupada no Setor Informal = Trabalhadores as seguintes categorias profissionais: Autônomos (Exceto profissional liberal), trabalhadores sem vínculo empregatício, membros da família sem remuneração, pequeno produtor (ou o que gerência a produção e dela participa)

Desemprego Total = É a soma de todos os segmentos de desemprego apresentados a seguir.

Desemprego Aberto = Parte da população pertencente a PEA, que na semana da entrevista não exerciam nenhuma atividade e se encontravam pressionando o mercado de trabalho, por meios de medidas concretas de procura.

Desemprego Cessante = Parte da população pertencente a PEA, que tiveram um trabalho e perderam por quaisquer motivo e que, por isso, estão novamente a procura de trabalho.

Desemprego Não Cessante = Parte da população pertencente a PEA, que nunca trabalharam e estão a procura de trabalho.

Desemprego Potencial = Parte da população pertencente a PEA, desocupadas que deixaram de pressionar o mercado de trabalho, no momento de referência da entrevista, por motivo de ordem superior, independente de sua vontade e das condições de mercado, porém pressionaram nos últimos seis meses.

Desemprego Oculto por Desalento = Parte da população pertencente a PEA, desocupadas que já pressionaram o mercado de trabalho, continuamente, e deixaram de pressionar no momento de referência da entrevista, por acharem que **ÑÃO EXISTE** mais trabalho.

Desemprego Oculto por Trabalho Precário = Parte da população pertencente a PEA, que está exercendo um trabalho de forma irregular e descontínua e se encontravam, efetivamente, pressionando o mercado de trabalho nos últimos trinta dias.

5.2.2 O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90

5.2.2.1 Pesquisas domiciliares e Registros Administrativos (RAIS) – Diferenças básicas

É importante ressaltar que o panorama do mercado de trabalho de forma geral é observado pelas instituições de pesquisas a luz das variadas fontes de informações, na grande maioria oriunda de pesquisas domiciliares, assumindo metodologias específicas e distintas entre si. A partir de agora, estaremos inserindo em nossa análise, conceitos e dados extraídos dessas pesquisas, a fim de buscarmos referências para os dados apresentados no capítulo quatro, que trata da base de dados RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, cujas características de cobertura e captação dos dados, mantêm significativas diferenças das pesquisas domiciliares amostrais.

Abaixo (quadro 1), transcrevemos uma síntese das principais pesquisas domiciliares existentes no Brasil. É possível estabelecer as diferenças entre a natureza do levantamento, cobertura, periodicidade e fonte, em ambas modalidades de captação dos dados, bem como a compreensão dos conceitos utilizados.

Quadro 1 - Principais levantamentos domiciliares brasileiros

Discriminação	PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego	PME – Pesquisa Mensal de Emprego
Conceito	Levantamento domiciliar contínuo que tem o objetivo de identificar movimentos conjunturais do mercado de trabalho urbano através de dados sistemáticos sobre emprego, desemprego e rendimentos.	Levantamento domiciliar contínuo que tem o objetivo de identificar movimentos conjunturais do mercado de trabalho urbano nas principais regiões metropolitanas do país.
Informantes	Indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos	Indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos
Fonte	DIEESE – Fundação SEADE	IBGE
Periodicidade de Coleta dos Dados	Mensal	Mensal
Cobertura Geográfica	Regiões metropolitanas	Regiões Metropolitanas
Forma geral de apresentação dos indicadores	Médias trimestrais móveis	Médias trimestrais móveis
Natureza do levantamento	Amostral probabilístico	Amostral probabilístico

Discriminação	PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio	Censo Demográfico
Conceito	Levantamento domiciliar implantado gradativamente desde 1967 para suprir necessidade de informações relativas ao mercado de trabalho urbano e rural. São apresentados dados sobre demografia, saúde, habitação e etc.	Inquérito brasileiro de abrangência nacional cujo objetivo é o de investigar as informações de natureza demográfica e sócio-econômica necessárias ao planejamento do país.
Informantes	Indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos	Morador reconhecido como responsável pelo estabelecimento
Fonte	IBGE	IBGE
Periodicidade de Coleta dos Dados	Anual – mês de Setembro	Decenal
Cobertura Geográfica	Brasil, Regiões brasileiras, UF e Regiões Metropolitanas	Brasil, Regiões brasileiras, UF e município
Forma geral de apresentação dos indicadores	Médias mensais	Médias para o mês de julho do ano censitário
Natureza do levantamento	Amostral probabilístico	Associa o levantamento censitário a utilização amostral probabilístico

5.2.2.2 O perfil do trabalhador

No início da década de 90, a maioria dos trabalhadores brasileiros eram jovens adultos com idade entre 20 e 39 anos (51%), com menos de oito anos de estudo (59,6%) e do sexo masculino (59,7%). A baixa escolaridade da população aparecia no levantamento da PED – Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego, com um índice de 59,6% para os que não completaram o ensino fundamental, no entanto, os números também mostravam que o mercado de trabalho ignorava a realidade e exigia qualificação dos trabalhadores: 24,9% dos ocupados haviam completado o ensino médio, ou ingressado em uma faculdade.

5.2.3. Distribuição demográfica do mercado de trabalho na década de 90

A década de 90 inicia-se também com a segmentação demográfica do Brasil, concentrada nas áreas urbanas. Segundo a PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, realizada em 1990, a população urbana no Brasil estava equilibrada com a População Economicamente Ativa (PEA) urbana, em 73%.

Já em 1999, ainda segundo a PNAD realizada naquele ano, a população urbana crescia para cerca 80%, enquanto a PEA – População Economicamente Ativa urbana, crescia pouco menos em torno de 77%. A maior concentração da PEA estava na região Sudeste, Nordeste e Sul correspondendo a 88% da força de trabalho do país. As áreas rurais de maior concentração de pessoas estavam no Nordeste com 36%, possuindo

consequentemente esta região, maior número de trabalhadores na agricultura em torno de 40% e a menor parcela de atividades industriais com aproximadamente 8%. O Sudeste no lado oposto tinha o menor percentual de trabalhadores no campo com 11%, e a maior participação de trabalhadores na indústria, devido à concentração de 89% da população no meio urbano.

5.2.4. Características do trabalho nas áreas metropolitanas

Os dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, caracterizam o trabalho nas regiões metropolitanas, apresentando durante a década de 90, em anos distintos de implantação da pesquisa, o crescimento do desemprego e da precariedade das relações de trabalho. Uma das razões foi o crescimento desproporcional da PEA metropolitana em relação ao surgimento de novas oportunidades de trabalho, que ficou aquém da demanda.

O desemprego, segundo a pesquisa, atingiu populações em todas as faixas etárias e grau de instrução. Segundo (BOLETIM DIEESE, 2001),

“O desemprego aumentou para jovens, homens, mulheres, trabalhadores com menor nível de instrução que tradicionalmente já tendem a ter mais dificuldades para encontrar uma ocupação, para aqueles na faixa etária mais produtiva (25 a 39 anos), para a parcela mais madura (40 anos ou mais), entre os chefes de família e até entre os que tinham níveis de instrução mais elevado (ensino médio completo ou ensino superior)”.

5.2.5 Mudanças na Estrutura Organizacional

Outra característica que marcou o mercado de trabalho nos anos 90, foi a fragilização da estrutura ocupacional. A indústria reduziu o seu nível de ocupação e perdeu participação na estrutura ocupacional setorial. O setor de “Serviços” que já era o principal responsável pela ocupação ampliou sua participação nas várias regiões metropolitanas pesquisadas.

5.2.6. Flexibilização nas modalidades de vínculos trabalhistas

Ao lado da reestruturação da indústria e de sua conseqüente perda de importância como geradora de empregos, houve, nos anos 90, crescimento da flexibilização na contratação da mão de obra. Como flexibilização entende-se a contratação do trabalhador diretamente pela empresa, através das novas modalidades de contratos cujas características apontavam para a precarização dos vínculos de trabalho, como assalariado sem carteira de trabalho assinada, vinculados através de contratos por tempo determinado, via empresa terceirizada ou ainda como trabalhador autônomo.

5.2.7 Aspectos Gerais do mercado de trabalho na década de 90

Os dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada nas principais regiões metropolitanas brasileiras, apresenta um cenário extremamente negativo sobre o comportamento do mercado de trabalho em toda a década de 90.

De um lado tem-se a formatação demográfica definida nas aglomerações urbanas, de outro, a redução da geração de empregos industriais, tipicamente urbano, melhor remunerado e qualificado. O setor de serviço em contra partida aumenta sua participação com uma maior absorção de mão de obra, o que por si só caracteriza precariedade de vínculos, ou seja, uma opção de trabalho no setor de atividade econômica que tem historicamente absorvido mão de obra pouco qualificada e conseqüentemente com baixos salários.

Este cenário diagnosticado através da PED, é refletido nos registros administrativos do MTE (RAIS e CAGED) sob as novas condições em que os trabalhadores retornam ao mercado formal de trabalho através de novos vínculos.

6. CAPÍTULO IV

6.1. A BASE DE DADOS RAIS MIGRA

A RAISMIGRA é uma base de dados, derivada dos registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – e visa o acompanhamento geográfico, setorial e ocupacional da trajetória dos trabalhadores ao longo do tempo. A base está organizada de forma longitudinal, permitindo a realização de estudos de mobilidade, duração e reinsersão de indivíduos no mercado de trabalho, o que não é permitido pela base RAIS convencional, que está organizada por ano de referência da declaração dos vínculos.

Existem dois modelos da base de dados RAISMIGRA: o modelo "PAINEL" (posição do trabalhador ao longo do tempo), que permite estudos de mobilidade do indivíduo no mercado de trabalho; e o modelo "VÍNCULO" (relação de emprego formal estabelecida entre um estabelecimento e um trabalhador), que permite estudos de duração (tempo de emprego e desemprego) e inserção, complementando o potencial de uso da RAIS para acompanhamento do Mercado de Trabalho.

Dentre os estudos possíveis com o uso da base RAISMIGRA, se destacam: o planejamento e avaliação de políticas de capacitação profissional; a orientação de programas de intermediação de mão-de-obra; a definição de políticas públicas de geração de emprego voltadas para mercados em crise; a avaliação do impacto de incentivos fiscais governamentais; e o estudo das consequências de privatizações.

A base RAISMIGRA é oferecida aos usuários via Internet ou em CD-ROM. O acesso pela Internet oferece visão completa (Brasil, todos os setores, trajetória completa). Já o CD-ROM é gerado por demanda, abrangendo o subconjunto de dados e a trajetória que satisfaçam a necessidade de cada pesquisa, tendo em vista o grande volume de dados envolvidos. Assim, as instituições que têm interesse no uso da base devem solicitar acesso ao MTE, informando modelo desejado (“PAINEL” e/ou “VÍNCULO”), forma de acesso (Internet ou CD-ROM), objetivo do estudo, contexto da pesquisa (nível setorial, geográfico e/ou ocupacional, período) e os dados para contato (nome, instituição, telefone). Após análise e aprovação do MTE, é enviada a senha para acesso via Internet ou é gerada uma base em CD-ROM contendo o subconjunto de dados que satisfaçam a demanda.

É destinada aos pesquisadores do Mercado de Trabalho que já conhecem os registros administrativos do MTE, em especial, a RAIS, tendo em vista que a organização longitudinal potencializa os defeitos de qualquer registro administrativo, principalmente nos níveis mais detalhados de pesquisa, como município e ocupação. Isto porque são unificadas as informações de anos distintos, com diferentes níveis de qualidade e cobertura de declaração. O problema de cobertura, por exemplo, é crítico. Apesar da cobertura global da RAIS ser alta, a mesma é diferente em cada nível setorial e geográfico. Além disto, existe um desbalanceamento entre as omissões de admissões e desligamentos, por haver uma tendência dos estabelecimentos que encerram suas atividades não declararem. Isto posto, o Ministério do Trabalho e Emprego sugere a utilização da RAISMIGRA para aqueles usuários já acostumados a trabalhar com a RAIS.

6.1.1. Rais migra “PAINEL”

6.1.1.1 Objetivo

Permitir estudos de mobilidade dos indivíduos no mercado de trabalho a partir do acompanhamento da sua trajetória intersetorial, ocupacional e geográfica ao longo do tempo.

6.1.1.2. Abrangência

Contém o painel dos trabalhadores ao longo dos anos e suas respectivas trajetórias, possibilitando a visualização da sua mobilidade antes e depois de um ano selecionado. As informações para geração da base são obtidas da RAIS, cujos anos de referência são incorporados à trajetória na medida de sua disponibilidade.

O acesso pela Internet oferece visão completa (Brasil, todos os setores, trajetória completa). Já o CD-ROM é gerado por demanda, abrangendo o subconjunto de dados e a trajetória que satisfaçam a necessidade de cada pesquisa, tendo em vista o grande volume de dados envolvidos.

6.1.1.3 Arquitetura

A base é organizada por trabalhador e cada registro armazena a situação do trabalhador ao final de cada ano da trajetória, por meio das características (variáveis) do estabelecimento empregador, do trabalhador e do

vínculo. Desta forma, somente o “melhor vínculo” do trabalhador é armazenado na base para cada ano considerado. Para facilitar a manipulação da base de dados, também são armazenadas informações sumárias a respeito de toda a trajetória do trabalhador (resumo da trajetória).

6.1.1.4 Critérios

6.1.1.4.1. Seleção do painel

Na Internet a base está disponível completa (Brasil, todos os setores, trajetória completa). Para composição de cada corte da base em CD-ROM são aproveitados da RAIS os registros que satisfazem às seguintes condições:

Trabalhadores em estabelecimentos pertencentes ao corte do contexto de pesquisa; Último vínculo de cada ano da RAIS.

Se houver mais de um vínculo para o mesmo Trabalhador em determinado ano da trajetória, prevalece o vínculo ativo ao final do ano (sem data de desligamento), uma vez que a idéia é armazenar a situação (fotografia) de cada trabalhador em 31 de dezembro de cada ano. Se não existir vínculo ativo, vale o vínculo com data de desligamento mais recente.

Se houver mais de um vínculo ativo ao final do ano ou com a mesma data do último desligamento, a variável DUP VINC assume o valor SIM e o vínculo principal para efeito de atualização da base é aquele com data de admissão mais antiga.

Se houver mais de um vínculo e um deles pertencer ao corte selecionado, é sempre escolhido o melhor vínculo, independente de pertencer

ou não ao corte. Sendo assim, o trabalhador pode aparecer na base sem pertencer ao corte durante todo o período.

Se um trabalhador permanecer no mesmo vínculo durante dois ou mais anos consecutivos, a variável TROC VINC assume o valor 0 (falso) a partir do segundo ano. Se existir vínculo no primeiro ano da trajetória e a data de admissão pertencer ao mesmo ano, a variável assume o valor 1 (verdadeiro), caso a data de admissão seja anterior ao ano, a variável assume 0 (falso). Se não existir vínculo em algum ano, a variável assume o valor 0 (falso) para este ano. Se um trabalhador não registrar vínculo em um ano e registrar no ano seguinte, a variável assume o valor 1 (verdadeiro) para o ano seguinte.

6.1.1.4.2 Utilização

Alguns exemplos de uso da base de dados RAISMIGRA modelo “PAINEL”:

- . Identificar possíveis ocupações/setores mais favoráveis para absorver determinado grupo de desligados;
- . Acompanhar a trajetória ocupacional dos trabalhadores para estudos de intermediações de emprego;
- . Acompanhar a mobilidade ocupacional dos trabalhadores de uma mesma empresa;
- . Analisar se ocorre perda ou ganho de rendimento durante a mudança dos trabalhadores desligados para outras ocupações/setores;
- . Acompanhar a migração dos trabalhadores de/para cada nível geográfico e setorial;

- . Analisar as características do grupo de trabalhadores desligados que não conseguem retornar ao mercado de trabalho formal;
- . Verificar o tempo médio de desemprego dos desligados de cada setor de atividade.

7. CAPÍTULO V

7.1 Descritivo da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, e principais conceitos das variáveis utilizadas

É apresentado a seguir um descritivo da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (quadro 2) e principais conceitos (quadro 3) referente a esse registro administrativo, com intuito de facilitar a leitura e o entendimento das tabelas elaboradas a partir da base RAIS Migra, cuja fonte original de dados é a base RAIS.

7.1.1. Quadros Descritivo da RAIS

**Quadro 2 – Registro Administrativo – RAIS – Relação Anual de
Informações Sociais**

Discriminação	Descrição
Conceito	Criada em 1975, pelo decreto lei 76.900/75 para fins estatísticos e administrativos, procura registrar a grande quantidade de informações necessárias ao processo administrativo e possibilitar tabulações estatísticas utilizadas para caracterização do mercado formal de trabalho.
Fonte	MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
Periodicidade	Anual – As declarações são prestadas no período de janeiro a março do ano subsequente ao da referência.
Abrangência Geográfica	Todo território Nacional
Cobertura	Cerca de 90% de Mercado Formal de Trabalho
Informantes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todos os empregadores, conforme definidos na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. ▪ Todas as pessoas jurídicas de direitos privados, inclusive empresas públicas. ▪ Empresas individuais, sem empregados. ▪ Órgãos públicos de administração direta e indireta. ▪ Empregadores rurais.
Forma geral de apresentação dos indicadores	Micro-Dados / CD-ROM – Internet - Publicações
Natureza do levantamento	Censitário – Mercado Formal de Trabalho / Estabelecimentos informantes

Quadro 3 – Conceito das principais variáveis utilizadas na RAIS – Relação

Anual de Informações Sociais

Discriminação	Descrição
Vínculo Empregatício	<p>São as relações de emprego estabelecidas sempre que ocorre um trabalho formalmente efetivado. O número de emprego ou estoque de empregos de um determinado período corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. Obs.: O número de empregos difere do número de pessoas empregadas, visto que uma pessoa pode assumir dois vínculos simultaneamente.</p> <p>Indicador de trabalhador empregado em 31 de dezembro (vínculo ativo). Pode assumir os seguintes valores:</p> <p>- Não = se vínculo está inativo em 31/12, representando vínculo com desligamento durante o ano de referência.</p>
Faixa etária	Idade do trabalhador apresentada por faixas. É obtida a partir da Variável IDADE, podendo assumir nove faixas incluindo a "Ignorada".
Grau de Instrução	É o tempo de estudo do trabalhador, dado por faixas de escolaridade. Pode assumir nove faixas.
Gênero	<p>Sexo do trabalhador, pode assumir as categorias:</p> <p><input type="checkbox"/> Masculino</p> <p><input type="checkbox"/> Feminino</p> <p><input type="checkbox"/> Ignorado.</p>
Atividade Econômica	Classificação Nacional de Atividades Econômicas, onde o estabelecimento informante se insere quanto a sua atividade principal. A partir de 1994 o M TE assumiu a atividade informada de acordo com a CNAE/95. Para efeito de estudos de séries históricas elaborou-se uma correlação entre a IBGE/80 e a CNAE/95. Recomenda-se cautela no seu uso
Remuneração Média	É a média aritmética das remunerações individuais no mês de referência convertidos em salários mínimos no período vigente do ano base. Integram essa remuneração os salários, ordenados, vencimentos, vantagens, adicionais, gratificações, excluindo-se o 13º salário.
RAIS - Negativa	Declarações efetuadas por estabelecimentos que não possuíam empregados no ano da referência.
Faixa de Tempo de Emprego	É obtida a partir da Variável Tempo de Emprego (TEMP EMPR), podendo assumir oito faixas. Quando o tempo de emprego é inválido, é assumido a Categoria IGNORADA. No caso de vínculos não encerrados no ano, é considerado o tempo acumulado até 31/12 do ano de referência.

7.1.2. Principais Conceitos da Base RAIS

A fim de facilitar a leitura das tabelas extraída da RAIS Migra e suas respectivas análises, descrevemos os principais conceitos utilizados no decorrer do texto:

. **Vínculo:** Compromisso formal estabelecido entre a empresa e o trabalhador em um determinado período.

. **Situação do Vínculo:** Situação do compromisso formal (vínculo) estabelecido entre a empresa e o trabalhador, no último dia (31/12) do ano em referência. Pode assumir a situação “Ativo” e “Não Ativo”.

. **Ativo:** Compromisso formal (vínculo) estabelecido entre a empresa e o trabalhador e que se mantém em vigor em 31 de dezembro do ano em referência.

. **Não Ativo:** Compromisso formal (vínculo) estabelecido entre a empresa e o trabalhador que não se manteve em vigor em 31 de dezembro do ano em referência, ou seja, o trabalhador foi desligado da empresa.

. **Atributos:** Dados individuais do trabalhador que ocupa um vínculo. O agrupamento de vários trabalhadores dentro de uma faixa de atributo caracteriza o perfil do vínculo.

. **Perfil do Vínculo:** Características gerais dos trabalhadores, observados através das faixas dos atributos individuais.

7.2. Indicadores da RAIS MIGRA – 1996 a 2001

7.2.1. Comparativo do total de trabalhadores do Paraná entre 1996 - 2001

No ano de 1996, de acordo com as informações da RAIS Migra, foram registrados no Paraná, um milhão, oitocentos e noventa e seis mil e dois vínculos formais de trabalho (1.896.002), dos quais, ao final do ano, cerca de 24,77%, ou seja, quatrocentos e sessenta e nove mil, setecentos e trinta e quatro vínculos (469.734) não se encontravam mais ativos.

Em 2001, foram registrados dois milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e vinte e um (2.280.421) vínculos de trabalhos, sendo que no final no mesmo ano, quatrocentos e noventa e sete mil e duzentos e trinta (497.230) vínculos não mais estavam ativos. Comparativamente com 1996 o ano de 2001 registrou um crescimento líquido de trezentos e cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e três postos de trabalho (Tabela 1).

Importante destacar que nesse universo de trabalhadores, encontram-se tanto os desligados como aqueles que deixaram de ter vínculo por razões como aposentadoria, falecimento, transferência entre outras causas.

Entretanto, considerando-se que não se tem o propósito de identificar, neste estudo, os desligados de acordo com a causa do desligamento e que, além disso, os efetivamente desligados correspondem a mais de 90% daqueles que em 31/12/1996 não tinham mais vínculo formal de trabalho, daqui para diante, trataremos esse conjunto de trabalhadores genericamente como desligados.

TABELA 1

Comparativo do total de trabalhadores no Paraná em 1996, com o total de trabalhadores em 2001, por situação do vínculo em 31/12.

Situação do Vínculo em 31/12	1.996	%	2.001	%
Ativos	1.426.268	75,23	1.783.191	78,2
Não Ativos	469.734	24,77	497.230	21,8
Total	1.896.002	100	2.280.421	100

Fonte: MTE/RAIS Migra

Os setores que mais participam na formação total do estoque de mão de obra em 1996 apresentaram também maiores perdas de postos de trabalho: “Serviços” com 29,38%, “Industria de Transformação” com 24,46%, “Comercio” com 18,88% - Esses setores apresentaram perdas de postos de trabalho na ordem de 29,38%, 22,15%, 16,86% respectivamente (tabela 2). Desse total de desligados em 1996, duzentos e cinquenta mil, cento e nove (250.109) postos de trabalho se re-inseriram em 2001, sendo que desses apenas cento e setenta e seis mil, novecentos e oitenta e cinco (176.985) permaneceram ativos e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e sete (76.437) foram desligados em 31/12/2001 (Tabela 3).

Tabela 2 – Total de vínculos em 1996 – Participação percentual sobre os vínculos Ativos e Não Ativos em 31/12.

Grandes Setores IBGE	Total	Ativos	Não Ativos	% Total	% N Ativos
Extrativa Mineral	5.580	4.271	1.309	0,29	0,28
Industria de Transformacao	419.921	305.045	114.876	22,15	24,46
Servicos Industr de Utilid Publica	22.188	19.467	2.721	1,17	0,58
Construcao Civil	118.195	68.639	49.556	6,23	10,55
Comercio	319.592	230.924	88.668	16,86	18,88
Servicos	557.066	418.612	138.454	29,38	29,47
Administracao Publica	331.530	299.153	32.377	17,49	6,89
Agropecuaria, Extr Veg.C e Pesca	118.332	77.669	40.663	6,24	8,66
Outros/Ignorado	3.598	2.488	1.110	0,19	0,24
Total	1.896.002	1.426.268	469.734	100,00	100,00

Fonte: M TE/RAIS Migra

Tabela 3 – Quantidade de trabalhadores desligados em 1996 que retornaram ao mercado de trabalho em 2001 – por situação do vínculo em 31/12

Situação do Vínculo	1996	2001
Ativos	—	176.985
Nao Ativos	469.734	73.124
Total	469.734	250.109

Fonte: RAIS Migra

7.2.2. Análise do total de vínculos em 1996 que se reintegraram ao mercado de trabalho em 2001

Ao verificarmos a re-inserção em 2001, do total de vínculos existentes em 1996, incluindo os não ativos em 31/12/96, é possível constatar

que um milhão, trezentos e setenta e seis, trezentos e vinte e seis vínculos (1.376.326) ou 72,59% retornaram ao mercado de trabalho. A taxa de desligamento em 31/12, comparando-se os dois anos, caiu de 24,77% para 17,10 %. A redução da taxa de desligamentos, caracteriza uma adaptação do trabalhador às novas condições de trabalho imposto pelo mercado ao longo do período, e ao melhoramento do seu perfil profissional (tabela 4).

Tabela 4 – Total de trabalhadores no Paraná em 1996 que retornaram ao mercado de trabalho em 2001 por situação do vínculo.

Situação do Vínculo em 31/12	1.996	%	2.001	%
Ativos	1.426.268	75,23	1.140.874	82,89
Não Ativos	469.734	24,77	235.452	17,10
Total	1.896.002	100	1.376.326	100,00

Fonte: RAIS_Migra

7.2.3. Análise dos vínculos ATIVOS no Paraná em 31/12/1996 por situação do vínculo.

Ao se analisar o total de vínculos ativos em 31/12/1996, na sua distribuição por: Faixa Etária, Grau de Instrução, Gênero, Remuneração Média, Tempo no Emprego (tabela 5), verifica-se que a maioria dos trabalhadores estão concentrados nas faixas menos privilegiadas dos atributos de vínculos. O

fato demonstra que este grupo de trabalhadores possui em média pouca capacitação, é formado basicamente por homens, desenvolvendo atividades que requeiram principalmente vigor físico e experiência, e que em geral são mal remunerados. Vejamos os indicadores: um milhão, vinte e três mil, e cento e noventa e um trabalhadores (1.023.191), ou seja, 71,74% possuíam até 39 anos de idade, ou seja, predominância de trabalhadores pais de família e de maior vigor físico.

Oitocentos e setenta e um mil, setecentos e sessenta e sete trabalhadores (871.767), ou seja, 61,12% apresentavam escolaridade máxima até a oitava série, significando alta participação de vínculos com escolaridade básica. Na classificação por gênero, os números indicam novecentos e cinco mil, duzentos e quarenta e oito vínculos (905.248), ou seja, 63,47% do total dos vínculos ativos em 31/12, estavam sendo ocupados por homens. No que se refere à remuneração, novecentos e trinta e cinco mil, e trezentos e vinte vínculos (935.320), ou seja, 65,58% percebiam remunerações médias até quatro salários mínimos.

Finalmente percebe-se que quase a totalidade dos vínculos, ou seja, um milhão, cento e noventa e cinco vínculos (1.000.195) ou 70,13% possuíam tempo de emprego acima de doze meses contra quatrocentos e vinte e seis mil e setenta e três vínculos, 29,87% abaixo de doze meses de trabalho . Esses indicadores demonstram que a experiência do trabalhador, juntamente com o custo que o mesmo oferece a empresa, são dois elementos importantes no momento da decisão de mantê-lo no trabalho. A escolaridade vem em terceiro lugar, agregando mais um critério à seleção dos trabalhadores que se manterão empregados. Essa ordem de critérios se dá provavelmente em

função da hipótese já apresentadas, ou seja, a grande maioria dos vínculos de trabalhos que se mantém ativos por mais tempo, são aqueles que estão inseridos em setores que contratam trabalhadores, cuja mão de obra é menos qualificada.

Tabela 5

Distribuição dos vínculos ativos em 31/12/1996, por atributo do vínculo e relação percentual sobre o total dos vínculos Ativos.

Ativos 31/12/96			
Atributos	Distribuição p/ atributo		%
Total de vínculos Ativos	1.426.268		
Até 39 anos		1.023.191	71,74
Mais de 39 anos		403.077	28,26
Até 8ª Série Compl.		871.767	61,12
Acima da 8ª Série		554.501	38,88
Masculino		905.248	63,47
Feminino		521.020	36,53
Até 4 SM		935.320	65,58
Acima de 4 SM		390.498	27,38
Até 12 meses		426.073	29,87
Acima de 12 Meses		1.000.195	70,13

Fonte: RAIS Migra

7.2.4. Análise do total de vínculos em 1996 no Paraná, ATIVOS em 31/12/2001 por situação do vínculo.

A tabela 6 apresenta os atributos de vínculos para o total de trabalhadores que possuíram vínculos em 1996, incluindo os não ativos em 31/12, e que retornaram ao mercado de trabalho em 2001 mantendo-se ativos

em 31/12/2001. Verifica-se que as mesmas características dos atributos de vínculos apresentadas em 1996 são também observadas em 2001. Esse comportamento mostra que o mercado de trabalho paranaense ao longo do período 1996 – 2001, no que tange aos quesitos para manutenção dos vínculos, não demonstrou alterações significativas, ou seja, estão sendo mantidos preferencialmente aqueles vínculos cujas características possuem menor qualidade em todos os atributos individuais.

Vejamos as alterações ocorridas ao longo do período: A escolaridade apresentou aumento na faixa superior a 8ª série completa, passando de 38,88% em 1996 para 49,56% em 2001, significando dizer que aqueles vínculos ativos em 1996 que se mantiveram ou se re-inseriram em 2001, provavelmente o fizeram por aceitarem ou manterem as mesmas condições de trabalho verificadas em 1996 e ainda conseguir aumentar seu grau de escolaridade. Também o tempo de emprego aumentou na faixa acima de doze meses de 70,13% em 1996 para 79,09% em 2001, mostrando que houve maior manutenção do que reinserção de vínculos no período. Os demais atributos permaneceram semelhantes, deduzindo-se que ainda prevalece a experiência como o principal fator de manutenção de vínculos ativos.

Tabela 6

Distribuição do total de vínculos em 1996 que retornaram ao mercado de trabalho em 2001 e que mantiveram-se ativos em 31/12/2001, por atributo do vínculo e relação percentual sobre o total dos vínculos Ativos.

Ativos em 31/12/2001		
Atributos	Distribuição p/ atributo	
		%
Numero	1.140.874	
Até 39 anos	696.951	61,09
Mais de 40 anos	443.923	38,91
Até 8ª Série Compl.	575.431	50,44
Acima da 8ª Série	565.443	49,56
Masculino	719.890	63,10
Feminino	420.984	36,90
Até 4 SM	754.731	66,15
Acima de 4 SM	386.143	33,85
Até 11,9 meses	238.533	20,91
Acima de 12 Meses	902.341	79,09

Fonte: RAIS Migra

7.2.5 Análise Setorial dos vínculos ATIVOS em 31/12/1996 e 31/12/2001 por atributo do vínculo.

Em 1996 os setores que mais mantiveram vínculos ativos em 31/12 foram: Serviços, com 50,32%, seguido pela Indústria com 23,05% e Comércio com 16,19%. Os demais setores somados são responsáveis por 10,44% (Tabela 7).

Tabela 7**Vínculos ativos em 31/12/96 pelos grande setores IBGE**

Grandes Setores	Vínculos Ativos 31/12/1996	%
Industria	328.783	23,05
□onstrução Civil	68.639	4,81
Comercio	230.924	16,19
Servicos	717.765	50,32
Agroperuar, Extr Vegetal, Caca e Pesca	77.669	5,45
Outros/Ignorado	2.488	0,17
Total	1.426.268	100

Fonte: RAIS Migra

A tabela 8 apresenta o comportamento já analisado anteriormente, distribuído por setor de atividade econômica, e mostra que nenhum dos principais setores destaca-se pela manutenção de vínculos de qualidade.

Esse comportamento homogêneo demonstra que o mercado formal de trabalho no Brasil num contexto amplo, ou seja, na sua forma mais agregada, é formado por um contingente de trabalhadores desenvolvendo atividades de alta rotatividade, situação empregatícia que não lhes permite poder de barganha junto ao empregador, ou seja, a manutenção pelo empregador dos vínculos ativos, se faz através de critérios nas formas mais precárias de condições dos vínculos. As tabelas 8 e 9 apresentam esse mesmo comportamento para o ano de 2001, o que faz crê que nenhuma alteração expressiva no perfil do trabalhador mantido no emprego, ocorreu ao longo do período entre 1996 e 2001.

Tabela 8

Distribuição dos vínculos ativos em 31/12/1996 por atributo do vínculo e grande Setor IBGE

Ativos 31/12/1996		Distribuição atributo p/ setor				
		INDUST	C CIVIL	COMER	SERV	AGROP
Setores	Atributo	%	%	%	%	%
Número	1.426.268					
até 39 anos		17,86	3,16	13,50	33,28	3,94
Mais de 40 anos		5,19	1,65	2,68	17,05	1,69
Até 8ª Série Compl.		17,00	4,19	9,66	25,25	5,03
Acima da 8ª Série		6,06	0,63	6,53	25,07	0,60
Masculino		17,65	4,54	10,40	25,88	5,00
Feminino		5,41	0,28	5,79	24,44	0,60
Até 4 SM		15,69	3,57	12,75	28,43	5,14
Acima de 4 SM		7,37	1,24	3,44	21,89	0,48
Até 12 meses		7,59	2,77	6,44	11,21	1,87
Acima de 12 Meses		15,46	2,05	9,75	39,12	3,76

Fonte: M TE/RAIS Migra

Em 2001 os setores de Serviço, Indústria e Comércio permanecem mantendo o maior número de vínculos ativos em 31/12, porém com algumas diferenciações. O setor de Serviços aumentou 5 pontos percentuais, passando de 50,32% para 55,45%, seguido pela Indústria que apresentou baixa, passando de 23,05% para 21,40, o setor de Comércio também apresentou com baixa passando de 16,19% para 14,30%, todos em relação a 1996. Os demais setores somados são responsáveis por 9,00% (Tabelas 9 e 10).

Tabela 9

Distribuição do total de vínculos em 1996, ativos em 31/12/2001 por grandes setores IBGE

Grandes Setores	Vínculos Ativos 31/12/2001	%
Industria	244.168	21,40
Construção Civil	43.650	3,83
Comercio	163.106	14,30
Servicos	632.577	55,45
Agroperuar, Extr Vegetal, Caca e Pesca	57.210	5,01
Outros/Ignorado	163	0,01
Total	1.140.874	100,00

Fonte: M TE/RAIS Migra

Tabela 10

Distribuição do total de vínculos em 1996, ativos em 31/12/2001 por atributo do vínculo e grandes setores IBGE

Ativos em 31/12/2001		Distribuição atributo p/ Grande setor				
		INDUST	C CIVIL	COMER	SERV	AGROP
Setores	Atributos	%	%	%	%	%
Número	1.140.874					
Até 39 anos		14,85	2,24	10,76	30,3	2,94
Mais de 40 anos		6,56	1,59	3,54	25,15	2,07
Até 8a Série Compl.		12,91	2,93	6,97	23,18	4,44
Acima da 8a Série		8,49	0,89	7,36	32,26	0,58
Masculino		16,87	3,54	9,61	28,47	4,62
Feminino		4,54	0,29	4,69	26,89	0,41
Até 4 SM		14,92	2,87	11,62	32,12	4,62
Acima de 4 SM		6,48	0,96	2,68	23,32	0,4
Até 11,9 meses		5,64	1,56	4,34	8,18	1,19
Acima de 12 Meses		15,76	2,26	9,96	47,27	3,84

Fonte: RAIS_ Migra

7.2.6 Análise Setorial dos vínculos NÃO ATIVOS em 31/12/1996

A análise pelos setores IBGE, dos vínculos formais de 1996 revela que, nos nove setores de atividade, a participação dos vínculos que não se encontravam mais ativos em 31/12, em relação ao total de vínculos do setor, mostrou diferenciações. Dentre todos os setores, a Construção Civil destaca-se como sendo aquele em que se encontrava a maior proporção dos desligamentos no ano (41,93%). No extremo oposto está a Administração Pública, setor em que em que a participação dos vínculos rompidos no ano é a menos expressiva, representando 9,77% do total de vínculos do setor (tabela 11).

TABELA 11

Participação percentual dos desligados sobre o total de vínculos, e participação sobre o total de vínculos NÃO ATIVOS - Paraná – 1996.

CNAE	Desligamentos	Total	%	%
Extrativa Mineral	1.309	5.580	23,46	0,29
Industria de Transformação	114.876	419.921	27,36	22,15
Servicos Industr de Utilidade Pública	2.721	22.188	12,26	1,17
Construcao Civil	49.556	118.195	41,93	6,23
Comércio	88.668	319.592	27,74	16,86
Servicos	138.454	557.066	24,85	29,38
Administração Pública	32.377	331.530	9,77	17,49
Agropecuária, Extração Vegetal, Caca e Pesca	40.663	118.332	34,36	6,24
Outros/Ignorado	1.110	3.598	30,85	0,19
Total	469.734	1.896.002	24,77	100,00

Fonte: RAIS_Migra

Considerando-se apenas aqueles vínculos que não se encontravam mais ativos em 31/12/1996 e verificando-se a participação de

cada setor nos desligamentos daquele ano, observa-se que a maior parte dos desligados estava concentrada no setor da Construção Civil 41,93% e 6,23% do total de vínculos no final do ano. Logo a seguir, em termos de magnitude da participação dos desligamentos no ano aparecem o Comércio e a Indústria de Transformação com de 27,74% e 27,36 respectivamente, em relação ao total de desligados em 1996 (tabela 12).

Relativamente aos trabalhadores que foram desligados em 1996, deduz-se que duas trajetórias distintas são possíveis para eles: a re-inserção no mercado formal, em pelo menos algum momento do período 1997-2001, ou a saída do mercado formal, no caso daqueles que não voltaram a ter vínculo no período analisado. Evidentemente, como a base contempla apenas os vínculos formais, neste último caso não é possível identificar a situação destes trabalhadores, desconhecendo-se se os mesmos encontram-se desempregados ou exercendo alguma atividade informal ou por conta própria, ou ainda se passaram para a inatividade.

Acompanhando-se então a trajetória dos desligados constata-se que cento e vinte e oito mil oitocentos e quarenta e seis (128.846) trabalhadores não retornaram ao mercado formal no período, o que, dito em outras palavras, significa que cerca de 27,43% dos trabalhadores desligados em 1996 não lograram, até 2001, novo vínculo formal. Aqui é no Setor de Serviço, em termos absolutos, a maior parcela de trabalhadores que não volta ao sistema formal – ou seja, quarenta e um mil e sessenta e quatro (41.064) trabalhadores, que representa 29,66% dos desligados do setor e cerca de 31,87% do total de desligados que não voltaram a ter vínculo formal. Os setores da Indústria de Transformação e o Comércio registram também número

significativo de trabalhadores que não retornaram ao mercado formal: pouco mais de vinte e oito mil (28.000) no primeiro caso (cerca de 24% dos desligados do setor) e em torno de vinte e quatro mil (24.000) no outro (19% dos desligados do setor), correspondendo, respectivamente, a cerca de 27% e 28% do total de desligados que se mantém fora do mercado formal (Tabela 13).

TABELA 12

Trabalhadores desligados em 1996 que não retornaram de 1997 a 2001, participação em relação ao total dos desligados e em relação ao total dos que não retornaram.

Setor de Atividade Econômica	Desligados 1996	Não Retornaram	% (linha)	% (coluna)
Extrativa Mineral	1.309	414	31,63	0,32
Indústria de Transformação	114.876	28.597	24,89	22,19
Serviços Indust. de Utilidade Pública	2.721	1.214	44,62	0,94
Construção Civil	49.556	12.897	26,03	10,01
Comércio	88.668	24.321	27,43	18,88
Serviços	138.454	41.064	29,66	31,87
Administração Pública	32.377	11.077	34,21	8,60
Agropecuária, Extr. Veg. Caça e Pesca	40.663	8.944	22,00	6,94
Outros/Ignorado	1.110	318	28,65	0,25
Total	469.734	128.846	27,43	100,00

Fonte: MTE/RAIS Migra

TABELA 13

Retorno em 2001, dos desligados em 1996 - Paraná – 1996- 2001

SETORES ECONÔMICOS IBGE	Desligados 1996	Retorno 2001	Não Retorno 2001	Não Retorno 2001 %
Extrativa Mineral	1.309	617	692	47,14
Industria de Transformação	114.876	48.662	66.214	42,36
Serviços Industri Utilidade Publica	2.721	744	1.977	27,34
Construção Civil	49.556	15.699	33.857	31,68
Comercio	88.668	40.863	47.805	46,09
Serviços	138.454	66.116	72.338	47,75
Administração Pública	32.377	19.626	12.751	60,62
Agropecuária, Extr.Veg.Caca				
Pesca	40.663	19.813	20.850	48,72
Outros/Ignorado	1.110	2	1.108	0,18
Total	469.734	212.142	257.592	45,16

Fonte: MTE/RAIS Migra

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados demonstram que, para os trabalhadores analisados, a permanência no mercado formal de trabalho está sendo crescentemente dificultada. Do total de trabalhadores que estavam em atividade em 31/12/96 no setor, apenas 34% atravessaram o período 1996 – 2001 empregados e, daqueles que foram desligados em 1996, pouco mais de um quarto não voltou mais ao mercado formal. Tanto para os que permaneceram empregados como para os que retornaram após o desligamento, verifica-se que, ao final do período analisado, a maior parte deles estava alocada no próprio setor de origem o que sugere ser um indicativo de uma tendência à preservação da experiência adquirida.

As adversidades do mercado de trabalho atingiram mais intensamente os homens do que as mulheres. Entre os desligados em 1996, cerca de 67% eram homens, ou seja, 3 pontos percentuais superior a sua participação no total dos vínculos naquele ano (64%). Ao contrário, os trabalhadores que se mantiveram empregados durante todo o período analisado, apenas 33% são mulheres, ou seja, 3 pontos percentuais a menos em relação ao percentual de mulheres empregadas em 31/12/94 (36%).

Considerando-se as trajetórias ocupacionais do conjunto dos trabalhadores analisados 1996, dois pontos chamam especial atenção: a pouca influência da escolaridade do trabalhador e o importante papel que o tempo de serviço desempenha na definição de seu futuro no mercado formal de trabalho.

O primeiro aspecto causa certa estranheza, na medida que, em um ambiente de reestruturação produtiva, em que a qualificação do trabalhador é cada vez mais exigida, imaginava-se que a escolaridade fosse um atributo, de

certa forma, definidor das chances de permanência e de retorno ao mercado formal de trabalho. Ao contrário do esperado, verifica-se que os trabalhadores de forma geral são pouco escolarizados, o que parece indicar que a baixa escolaridade não vem sendo um obstáculo à manutenção do vínculo ou ao retorno ao mercado formal em caso de desligamento, pelo contrário parece estimular a manutenção desses vínculos em atividade.

Faz-se necessário, porém, a exploração com maior acuidade da relação existente entre a renda e a escolaridade do trabalhador, já que segundo a literatura, espera-se que exista uma relação positiva entre essas duas variáveis. A relação mencionada cresce a taxas decrescentes, ou seja, a renda do trabalhador sobe acompanhando o crescimento do seu grau de instrução, com tendência a estabilidade a partir um determinado nível.

As que podemos considerar na tentativa de explicar os resultados apurados são possíveis as seguintes hipóteses: primeiramente, as exigências de escolaridade são mais intensas naqueles segmentos mais alinhados com o processo de reestruturação produtiva. Assim, como os resultados apresentados fornecem uma medida do comportamento médio do conjunto dos setores econômicos, é possível que a pouca diferença no número médio de anos de estudo dos diversos grupos de trabalhadores analisados esteja ocultando o caráter desigual da mudança ocorrida nos ramos que compõem principalmente o setor da indústria, por refletir mais fortemente os impactos da reestruturação produtiva e cujas características de vínculos merecem melhor análise em estudo específico para este setor.

A outra hipótese a ser considerada é a de que a escolaridade não seja, ao menos na intensidade que se pensava, uma boa medida para expressar a

qualificação que vem sendo requerida dos trabalhadores. A qualificação exigida parece estar associada à experiência, já que é esse atributo, expresso através do tempo de serviço, que influi na trajetória ocupacional dos trabalhadores. Assim, pode-se supor que a exigência de maiores níveis de qualificação da força de trabalho esteja associada muito mais à experiência prévia do trabalho do que ao seu nível de escolaridade.

Por outro lado, é preciso destacar que o tempo de serviço, tomado como uma medida da experiência dos trabalhadores, atua de maneira distinta e, até certo ponto, contraditória para aqueles que se mantêm empregados e para os que, tendo sido desligados, buscam nova inserção no mercado formal. Os dados indicam que, se, para os primeiros, a maior experiência dificulta a demissão, para os desligados funciona como um empecilho ao retorno a um novo posto de trabalho formal.

No primeiro caso, possivelmente, encontram-se aqueles trabalhadores que, em função do seu passado na empresa e de seu próprio engajamento com o processo de mudança, estão sendo requalificados no próprio local de trabalho para atuar dentro das novas formas de gestão da produção. As empresas estariam mantendo estes trabalhadores como forma de não desperdiçar o investimento realizado no seu treinamento.

No caso daqueles que foram desligados, a maior experiência pode identificá-los com funções desempenhadas anteriormente, dificultando sua adaptação a um novo posto de trabalho, diminuindo, assim, as chances de retorno ao mercado formal. Além disso, é possível também que os mais experientes estejam encontrando dificuldade de reinserção em função de sua idade, que conforme verificado nas distribuições por atributo de vínculos, na

variável faixa etária até quarenta anos está concentrado grande maioria dos vínculos, idade que parece elevada para o padrão brasileiro.

Por fim, convém alertar que as conclusões aqui apresentadas se referem à totalidade dos setores econômicos segundo a classificação IBGE. Neste sentido, é preciso certa cautela na avaliação dos resultados apresentados, pois para que se tenha dados mais conclusivos a respeito da influência dos atributos dos trabalhadores em suas trajetórias ocupacionais, é necessário aprofundar a análise aqui empreendida, analisando os setores de atividades econômicas no seu maior grau desagregação disponível, o que poderá ser objeto de nova investidura de pesquisa utilizando como fonte principal a base de dados RAIS Migra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. CARDOSO, Adalberto Moreira. **Trabalhar, verso transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística.** 1.ed., Rio de Janeiro : Editora FGV, 2000.
02. CARLEIAL, Liana & VALLE , Rogério. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no brasil.** São Paulo : Hucitec-ABET, 1997.
03. DIEESE. **A situação do trabalho no brasil.** São Paulo : 2001.
04. DIEESE. Relatório 1998; 199; 2000; 2001; 2002.
05. DIEESE. RELATÓRIO SETORIAL. **A economia regional paranaense sob a perspectiva do desenvolvimento tecnológico e do emprego.** Curitiba : 2002.
06. VIEIRA, Osnildo Filho (2003) **Mobilidade e reinserção profissional dos trabalhadores da indústria de transformação de Santa Catarina: trajetórias ocupacionais a partir da RAIS MIGRA.** Florianópolis. SINE/SC.

07. IPEA – IPLAN. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas – população, emprego, desenvolvimento urbano e regional.** Brasília : 1990.

08. SOARES, Fábio Vera. **Modernização produtiva & relações de trabalho: perspectivas de políticas públicas.** IPEA, Petrópolis : Vozes, 1997.

09. VASCONCELOS, José Romeu de & CASTRO, Demian. **Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90.** Brasília : 1999.

10. STERNBERG, Sheila S. Wagner (2001). **A RAIS MIGRA como instrumento de análise do mercado de trabalho: um exercício a partir dos dados do Rio Grande do Sul.** Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, v. 28,n. 4.

11. RAIS_Migra - **Relação Anual de Informações Sociais.** Brasília : MTE, 1996.

12. RAIS_Migra - **Relação Anual de Informações Sociais.** Brasília : MTE, 1997.

13. RAIS_Migra - **Relação Anual de Informações Sociais.** Brasília : MTE, 1998.

14. RAIS_Migra - **Relação Anual de Informações Sociais.** Brasília : MTE, 1999.

15. RAIS_Migra - **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília : MTE, 2000.

16. RAIS_Migra - **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília : MTE, 2001.